

“NÃO VENDA A MINHA ESCOLA”: RESISTÊNCIA DISCURSIVA À MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Saulo Semann¹

Andrey Adão Kaminski Amazonas²

Camile Fedaracz³

Resumo: O presente artigo analisa, sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, o enunciado “Não venda a minha escola”, veiculado pela APP-Sindicato do Paraná em 2024 como forma de resistência ao Projeto de Lei nº 345/2024, que propõe a privatização da administração de escolas públicas estaduais do Paraná por meio de parcerias com empresas privadas. A partir dos pressupostos teóricos de Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine e Eni Orlandi, investigam-se os possíveis efeitos de sentido produzidos pelo enunciado, bem como as formações discursivas em confronto na arena educacional contemporânea. A análise evidencia que a formulação se ancora em uma formação discursiva de resistência à lógica neoliberal e mobiliza uma memória coletiva da escola pública como espaço de pertencimento, cidadania e direito social.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Escola pública. Privatização. Formação discursiva. Resistência.

“DON’T SELL MY SCHOOL”: DISCURSIVE RESISTANCE TO THE COMMODIFICATION OF EDUCATION

Abstract: This article analyzes the statement “Don’t sell my school” from the perspective of French Discourse Analysis. The utterance was disseminated by APP-Sindicato do Paraná in 2024 as a form of resistance to Bill No. 345/2024, which proposes the privatization of the management of public state schools in Paraná through partnerships with private companies. Drawing on the theoretical foundations of Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, and Eni Orlandi, the study investigates the possible meaning effects produced by the statement, as well as the discursive formations in conflict within the contemporary educational arena. The analysis reveals that the formulation is anchored in a discursive formation of resistance to neoliberal logic and evokes a collective memory of public schooling as a space of belonging, citizenship, and social rights.

Keywords: Discourse Analysis. Public education. Privatization. Discursive formation. Resistance.

1 Mestrando do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) – E-mail: umrabula@gmail.com

2 Mestrando do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) – E-mail: andrey.amazonas@escola.pr.gov.br

3 Mestrando do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) – E-mail: fedaraczcamile@gmail.com

Introdução

O ano de 2024 no Estado do Paraná foi marcado por intensas disputas em torno da gestão da educação pública. A apresentação do Projeto de Lei nº 345/2024, intitulado “Parceiro da Escola”, pelo Governo Estadual, propôs a privatização da administração de escolas públicas estaduais por meio de contratos com instituições privadas especializadas em gestão. A proposta, sustentada por uma retórica de modernização e eficiência, provocou reações imediatas e contundentes de segmentos da comunidade escolar, sindicatos e movimentos sociais, que passaram a denunciar o projeto como uma ameaça à função social da escola pública.

Em meio às mobilizações encabeçadas pela APP-Sindicato (Associação dos Professores do Paraná), um enunciado emergiu como síntese discursiva da resistência: “Não venda a minha escola”. Tal formulação, simples e direta, rapidamente extrapolou os limites dos discursos institucionais e passou a circular em faixas, cartazes, camisetas, redes sociais e vídeos, constituindo-se como um ponto de condensação de sentidos e afetos. Essa circulação intensa revela o caráter performativo do enunciado, como sua eficácia simbólica como marcador de posicionamento político e ideológico em um contexto de disputa hegemônica.

Este artigo tem como objetivo analisar, sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa (doravante AD), os efeitos de sentido produzidos pelo enunciado “Não venda a minha escola”, a partir das condições de produção que o tornaram possível e das formações discursivas que o sustentam. Adotamos, como referencial teórico, os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux ([1969] 1997; [1975] 1995; [1982] 1990), Jean-Jacques Courtine (2009) e Eni Orlandi (2001), e outros autores do campo, difusores do pensamento, cuja abordagem considera a relação entre linguagem, ideologia e

sujeito como constitutiva dos sentidos possíveis.

Em nossa análise, é possível dizer o enunciado em questão se inscreve em uma formação discursiva de resistência à lógica neoliberal de mercantilização da educação e que seu funcionamento discursivo se dá por meio de estratégias que interpelam o sujeito como pertencente a uma comunidade ameaçada, convocando-o a tomar posição. Como afirmam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 65), os sentidos não são livres: eles são determinados pelas formações ideológicas e pelas condições sócio-históricas de sua emergência.

A metodologia adotada é qualitativa, de cunho interpretativista, fundamentada na leitura analítica de materialidades discursivas que veiculam o enunciado (imagens publicitárias, vídeos da campanha e textos de apoio) articulando esses dados ao arcabouço teórico da AD. Buscamos compreender como os sentidos são produzidos, tensionados e deslocados na disputa simbólica em torno da escola pública.

Assim, a presente investigação inscreve-se no esforço de compreender os discursos de resistência em contextos de ofensiva neoliberal sobre o campo educacional, observando, especificamente, como um enunciado pode tornar-se elemento aglutinador de memórias, identidades e disputas ideológicas, configurando um gesto político e simbólico.

Fundamentação teórica: a análise do discurso

A Análise do Discurso (AD) de linha francesa, iniciada por Michel Pêcheux nos anos 1960, surge como uma proposta interdisciplinar que articula elementos do materialismo histórico, da linguística e da psicanálise para compreender como os sentidos são produzidos na e pela linguagem. Diferentemente de abordagens estruturalistas ou semânticas convencionais, a AD desloca a centralidade da linguagem como sistema e propõe analisá-la em sua materialidade

discursiva, ou seja, como atravessada pela ideologia, pela história e pela posição do sujeito que enuncia (Orlandi, 2001, p. 15).

Um dos pilares dessa abordagem é a noção de formação discursiva, compreendida como o conjunto de condições que determinam o que pode e deve ser dito por um sujeito situado historicamente. Como afirmam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 166), as formações discursivas são subordinadas às formações ideológicas, e é nesse entrelaçamento que se definem os sentidos autorizados em uma dada conjuntura. Nesse sentido, os sujeitos não são livres para dizer qualquer coisa; ao contrário, eles são interpelados ideologicamente a ocupar determinadas posições de onde falam e escutam o mundo (Pêcheux, [1975] 1995, p. 80).

Outro conceito central é o de condições de produção, que, para além de auxiliar na compreensão da situação enunciativa imediata, confere à análise todo aparato necessário no que diz respeito aos atravessamentos históricos, sociais, políticos e ideológicos que possibilitam o surgimento de determinados enunciados e não de outros. A esse respeito, Orlandi (2001, p. 30) destaca que as condições de produção envolvem os sujeitos, a situação e a memória discursiva, sendo esta última responsável por garantir a inscrição de sentidos anteriores no presente, funcionando como o lugar do interdiscurso.

A memória discursiva, portanto, é aquilo que faz com que um enunciado remeta a outros já ditos, mesmo que não sejam explicitamente mencionados. Como nos lembra Pêcheux ([1969] 1997, p. 85), os discursos são atravessados por representações imaginárias formadas por processos discursivos anteriores que cessaram de funcionar em sua materialidade imediata, mas permanecem como efeitos na formulação dos sentidos atuais. Dessa maneira, os sentidos não são dados a priori, mas sempre retomados, deslocados, esquecidos ou reatualizados no jogo

interdiscursivo (Pêcheux, [1975] 1995, p. 162).

O enunciado, por sua vez, ultrapassa a ideia de ser uma simples frase ou proposição, é um acontecimento discursivo. Courtine (2009, p. 45) propõe a ideia de enunciado dividido, útil para pensar enunciados que mobilizam sentidos contraditórios e que funcionam como campo de tensão entre formações discursivas antagônicas. A fórmula $P \{X/Y\}$ proposta por Courtine (2009, p. 194) indica que, a partir de uma mesma materialidade linguística, podem ser acionados sentidos oriundos de diferentes posições ideológicas. Essa duplicidade de sentidos é essencial para compreender o funcionamento de discursos de resistência, como o que analisamos neste artigo.

Além disso, é relevante destacar a noção de interdiscurso, que remete ao “todo já-dito” que permeia cada novo dizer. Segundo Pêcheux ([1975] 1995, p. 147), o interdiscurso constitui o espaço da contradição, da luta ideológica, onde os sentidos são disputados, reiterados ou deslocados. Já o intradiscurso refere-se à forma como esse já-dito é retomado no dizer específico de um sujeito, sendo, portanto, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo (Pêcheux, [1975] 1995, p. 167).

Para tanto, analisar um enunciado como “Não venda a minha escola” exige considerar sim sua literalidade, mas expandir a análise até que se chegue a conhecer os possíveis efeitos de sentido que ele mobiliza em relação a discursos já estabilizados sobre educação, escola pública, privatização, pertencimento e resistência. Como observa Courtine (2016, p. 14), “o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico, na medida em que ele representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas”. Assim, é no jogo contraditório entre as formações discursivas, e na posição ocupada pelo sujeito, que os sentidos se atualizam, revelando o embate entre hegemonia e contra-hegemonia.

A AD, portanto, não se limita à análise da linguagem enquanto estrutura formal, mas a toma como espaço de disputa simbólica, onde o sujeito, sempre já constituído ideologicamente, pode produzir efeitos de resistência ao deslocar sentidos estabilizados. Como afirma Pêcheux ([1982a] 1990a, p. 17), “produzir resistência é começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação”.

É a partir desse arcabouço que analisaremos, nas próximas seções, o funcionamento discursivo do enunciado “Não venda a minha escola”, compreendendo-o como um gesto de interpretação que, ao convocar sujeitos a se identificarem com a escola pública, também inscreve uma memória de luta e resistência a projetos de mercantilização da educação.

Condições de produção e circulação do enunciado

O enunciado “Não venda a minha escola”, veiculado em 2024 pela APP-Sindicato do Paraná, não pode ser compreendido de forma isolada, é indispensável partir das condições de produção que o engendram. Na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, as condições de produção englobam o conjunto de elementos históricos, ideológicos e sociais que permitem que um enunciado emergja em determinado momento, ocupando certo lugar na arena discursiva (Orlandi, 2001, p. 25).

Nesse sentido, o discurso da APP-Sindicato constitui-se como resposta a um processo político mais amplo: a tentativa do Governo do Paraná de aprovar o Projeto de Lei nº 345/2024, denominado “Parceiro da Escola”, que previa a terceirização da gestão administrativa de escolas públicas por meio de parcerias com empresas privadas. A proposta, apresentada como uma estratégia de “eficiência” e “modernização” da gestão educacional, insere-se em uma lógica de racionalidade neoliberal,

segundo a qual o setor privado seria mais apto a gerir bens públicos com base em princípios de desempenho, produtividade e lucro (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

A emergência do enunciado “Não venda a minha escola” é, portanto, marcada por uma relação de oposição: ele se constitui como contra-discurso, em que se inscreve um gesto de recusa à mercantilização da educação e à lógica de mercado aplicada ao ensino público. Trata-se de um enunciado que só pode ser compreendido plenamente se inscrito na memória discursiva de lutas anteriores contra políticas semelhantes de privatização, bem como no interdiscurso das resistências populares à diluição de direitos sociais (Pêcheux, [1975] 1995, p. 162).

As materialidades discursivas associadas ao enunciado (banners, camisetas, cartazes, postagens em redes sociais, vídeos e pronunciamentos) evidenciam a amplitude de sua circulação e sua inserção em diferentes esferas de visibilidade. A campanha liderada pela APP-Sindicato intensificou-se com a publicação, em julho de 2024, do vídeo “240 milhões de lucro para empresários”, veiculado no canal oficial do sindicato no YouTube. O vídeo apresenta uma narrativa visual e sonora marcada por tons sombrios, imagens de escolas precarizadas, rostos sérios e discursos diretos, contrastando deliberadamente com o conteúdo publicitário do Governo do Estado.

Ao lado disso, outras imagens foram divulgadas, como aquelas que estampam o rosto de uma mulher com semblante firme diante de um fundo preto, sob a inscrição do enunciado em letras brancas e em destaque. A escolha cromática e estética reforça o tom de urgência e gravidade, enquanto a materialidade visual opera efeitos de interpelação, convocando o observador a se identificar com uma causa coletiva e a reconhecer na escola um bem público ameaçado. Nessa configuração, o sujeito é chamado a ocupar o lugar daquele que defende

a escola como espaço de direito, de pertença e de memória social.

É importante destacar, ainda, o papel das redes sociais na amplificação e ressignificação do enunciado. Nas plataformas digitais, a circulação do “Não venda a minha escola” extrapolou a autoria institucional da APP-Sindicato e passou a ser apropriado por diversos sujeitos, comunidades e perfis, dando origem a uma multiplicidade de reiteraões, variaões e apropriaões, fenômeno que a AD interpreta como efeito da heterogeneidade constitutiva do discurso (Pêcheux, [1982a] 1990a; Courtine, 2009). Essa heterogeneidade, longe de enfraquecer o enunciado, revela a complexidade das formaões discursivas em disputa e os modos diversos pelos quais ele é investido de sentido.

Além disso, como observa Maingueneau (2008, p. 45), discursos de resistência costumam se estruturar como dispositivos de contra-legitimaão: para além de se oporem a um discurso hegemônico, se constituem a partir dessa oposição, construindo sua legitimidade sobre a crítica à autoridade discursiva que pretendem desestabilizar. No caso em análise, o enunciado da APP-Sindicato opera como marca de resistência, performando uma crítica à política educacional vigente e construindo um ethos coletivo de defesa da escola pública.

Portanto, compreender as condições de produção do enunciado “Não venda a minha escola” implica reconhecer o cruzamento de múltiplos discursos, memórias e posiões ideológicas que, ao se condensarem em uma fórmula linguística simples, produzem efeitos complexos de sentido. É nesse cruzamento que o enunciado ganha força simbólica e performativa, convertendo-se em artefato de luta e elemento aglutinador de subjetividades políticas.

Análise discursiva do enunciado “não venda a minha escola”

O enunciado “Não venda a minha escola”, embora formalmente simples, carrega uma densidade discursiva que só pode ser compreendida à luz das formaões ideológicas em confronto. A Análise do Discurso nos ensina que os sentidos não estão diretamente nas palavras, mas são produzidos na relação entre linguagem, história e ideologia (Pêcheux, [1975] 1995, p. 80). Desse modo, cada elemento lexical e gramatical do enunciado contribui para a produção de efeitos de sentido que interpelam o sujeito e o posicionam em uma formação discursiva específica.

A negativa “Não” inaugura o enunciado com uma marca de interdião e resistência. No campo discursivo, a negação não é apenas um operador lógico, mas um gesto de ruptura: ela indica a rejeião de uma política, de um projeto, de um caminho ideológico. Segundo Orlandi (2001, p. 43), a negação é um dos modos de evidenciar o embate discursivo, pois opera sobre um dizer outro, antecipando e combatendo sentidos já colocados em circulação. Assim, o “não” é também uma forma de memória discursiva: ele pressupõe o já-dito que se busca interditar, no caso, a possibilidade de “vender” a escola pública.

O verbo “vender” ocupa o centro da formulaão e condensa a crítica à mercantilizaão da educaão. Ao usar esse termo, o enunciado desloca o debate para o campo simbólico da transaão comercial, evocando a ideia de que a escola, enquanto bem público, está sendo transformada em mercadoria. Trata-se de um gesto de deslocamento ideológico que denuncia o projeto neoliberal de privatizaão dos serviços públicos, especialmente da educaão, transformando direitos sociais em oportunidades de lucro. O verbo, nesse contexto, opera como um signo ideológico que remete a uma formação discursiva privatista, sustentada por uma lógica de mercado (Dardot; Laval, 2016).

A construção “a minha escola” insere uma

dimensão afetiva e identitária ao enunciado. O uso do artigo definido “a” e do pronome possessivo “minha” ativa o pertencimento subjetivo do falante à instituição escolar, ampliando o campo de significação do termo “escola” para além de sua função administrativa ou pedagógica. Em termos discursivos, isso significa a ativação de uma memória afetiva e social da escola como espaço de formação cidadã, de convívio comunitário e de construção de identidades. Como observa Pêcheux ([1982] 1990), os sentidos além de racionais, são ideologicamente investidos de afetos e crenças. O pronome “minha” cria uma relação de proximidade e defesa, funcionando como um marcador de interpelação direta ao sujeito que se identifica com a escola pública.

A estrutura sintática do enunciado – formada por uma oração imperativa negativa – reforça seu caráter apelativo. Trata-se de uma interpelação direta ao Outro (o governo, o Estado), que é convocado a suspender uma ação que se encontra em curso. No vocabulário da AD, o enunciado constitui um gesto de interpretação (Orlandi, 2001), na medida em que não apenas retoma sentidos anteriormente estabilizados, como a ideia de que a escola é um direito, mas os reinscreve em uma conjuntura de ameaça. Esse gesto é político, pois se inscreve na disputa por hegemonia dos sentidos da educação pública.

Do ponto de vista visual e sonoro, as materialidades que acompanham o enunciado reforçam seus efeitos discursivos. As imagens analisadas, como o cartaz da APP-Sindicato com fundo preto, texto branco em destaque e rosto feminino com semblante sério, constroem um ethos de resistência e urgência. A escolha cromática comunica luto e gravidade, enquanto a disposição gráfica remete à estética das campanhas de denúncia e enfrentamento. Maingueneau (2008) argumenta que a cena de enunciação é composta também pela dimensão

cênica e performativa do discurso, e nesse caso, o enunciado se materializa como um ato de denúncia coletiva.

Por fim, o enunciado “Não venda a minha escola” pode ser considerado um enunciado dividido (Courtine, 2009), pois condensa em sua materialidade um conflito entre duas formações discursivas: de um lado, a que entende a educação como um direito social, promovido e garantido pelo Estado; de outro, a que propõe sua gestão por critérios de eficiência, produtividade e rentabilidade, próprios da lógica empresarial. Esse conflito é materializado na própria formulação, que antecipa o dizer do outro (o governo) e o contesta.

O efeito final é um enunciado que atua como dispositivo de resistência simbólica: ele interpela sujeitos, mobiliza memórias, articula afetos e produz sentidos contra-hegemônicos. Seu sucesso em circular amplamente nas redes e nas ruas revela não sua potência discursiva e sua inserção em uma conjuntura histórica marcada pela luta por direitos, pela defesa da escola pública e pela resistência à lógica de mercantilização da vida.

Discussão

A análise do enunciado “Não venda a minha escola”, à luz da Análise do Discurso, permite compreender como os sentidos produzidos nesse gesto de linguagem se articulam a uma formação discursiva de resistência à mercantilização da educação. Essa formulação se contrapõe a uma política pública específica, neste caso, o Projeto de Lei nº 345/2024, e, ao mesmo tempo, inscreve-se em uma disputa ideológica mais ampla, na qual a educação pública, gratuita e de qualidade é defendida como um direito social, em oposição à sua instrumentalização como serviço sujeito à lógica do lucro e da eficiência

Ao tomar como objeto a escola pública,

o enunciado mobiliza uma memória discursiva coletiva que associa a escola ao espaço de construção da cidadania, da inclusão social e da igualdade de oportunidades. Nesse sentido, ele se ancora em formações discursivas historicamente vinculadas às lutas sociais por direitos universais e por justiça educacional, conformando-se como parte de um interdiscurso que inclui desde as mobilizações contra a reforma do ensino médio até campanhas contra cortes de verbas na educação superior. Como afirmam Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997, p. 168), é no interdiscurso que se dá a “luta pela significação”, e é exatamente essa luta que o enunciado da APP-Sindicato atualiza.

O confronto discursivo entre o material produzido pela APP-Sindicato e os vídeos institucionais do Governo do Paraná evidencia duas formações discursivas antagônicas: de um lado, a formação discursiva neoliberal, que aposta na suposta eficiência da gestão privada, apoiando-se em imagens idealizadas de escolas reformadas, alunos sorridentes e ambientes limpos; de outro, uma formação discursiva crítica, que denuncia a precarização das escolas públicas e a ameaça que as parcerias público-privadas representam para a missão social da educação.

Essa disputa de sentidos manifesta-se tanto nas palavras quanto nas cenas de enunciação, nos recursos visuais, nos tons de voz, nos gestos e nas formas de circulação dos enunciados. O vídeo do governo se constrói como uma peça publicitária, buscando tranquilizar e convencer, enquanto o da APP-Sindicato se organiza como denúncia, apelo e resistência. Como propõe Courtine (2009), é na materialidade do discurso que se inscreve a relação entre linguagem e ideologia, e cada uma dessas materialidades evidencia o pertencimento a uma formação ideológica distinta.

Ademais, o enunciado “Não venda a minha escola” não se limita ao espaço institucional da

APP-Sindicato. Ao ser replicado por milhares de usuários nas redes sociais, ele se transforma em um slogan político, um signo condensador de uma posição ética e ideológica. A simplicidade de sua formulação facilita a apropriação coletiva, característica dos enunciados que funcionam como dispositivos de resistência. Maingueneau (2008) lembra que os discursos não se sustentam apenas por sua argumentação, mas pela forma como constroem uma cena de enunciação que legitima o locutor e interpela o interlocutor. Nesse caso, o sujeito do discurso é aquele que se reconhece como defensor da escola pública, contra sua instrumentalização econômica.

Essa cena de resistência também evidencia um efeito de deslocamento: o sujeito não é apenas afetado pela política que se opõe, mas também é convocado a agir, a se posicionar, a tomar parte na luta simbólica. Em termos de análise do discurso, trata-se de um deslocamento do sujeito passivo para o sujeito político, ou seja, o sujeito que não apenas sofre os efeitos da ideologia, mas que age discursivamente contra ela. Como lembra Pêcheux ([1982a] 1990a, p. 17), “o discurso do poder não é onipotente: ele encontra resistências, deslocamentos, escorregamentos, fissuras — e é aí que se pode agir”.

A valoração negativa do verbo “vender” é, nesse contexto, mais do que uma crítica: ela é um gesto de interpretação que antecipa as consequências de uma política e rejeita sua legitimação simbólica. O que está em jogo não é apenas a crítica à proposta do governo, mas a produção de um novo posicionamento subjetivo: o de um coletivo que se entende como parte da escola, como sua comunidade, como defensor de sua função pública e democrática.

Assim, o enunciado analisado, ao mesmo tempo que responde a uma conjuntura local, também se inscreve em uma tradição internacional de lutas contra a privatização da educação. Movimentos como o Save Our

Schools nos Estados Unidos, as ocupações estudantis no Chile e as greves educacionais no Brasil partilham da mesma estrutura discursiva: a defesa da escola pública como espaço de direitos, contra sua conversão em produto ou serviço. Isso reforça a tese de que os sentidos não são estáveis nem neutros: eles são efeitos de disputas que se dão nos campos simbólico, institucional e político (Courtine, 2016).

Dessa forma, a análise do enunciado “Não venda a minha escola” demonstra como uma formulação breve e acessível pode funcionar como gesto político, como interpelação ideológica e como resistência discursiva. Ao tornar visíveis os conflitos que atravessam a linguagem, a Análise do Discurso nos permite compreender que toda política educacional é também uma política de sentido, e que todo enunciado é um lugar de luta.

Considerações finais

A análise do enunciado “Não venda a minha escola”, realizada a partir da Análise do Discurso, permitiu compreender como uma formulação aparentemente simples pode operar como dispositivo de resistência em um contexto de disputa ideológica. Inscrito nas condições de produção marcadas pelo avanço de políticas neoliberais sobre o campo da educação pública no Paraná, o enunciado analisado materializa, em sua estrutura linguística, uma oposição clara e direta à tentativa de privatização da administração escolar, proposta pelo Projeto de Lei nº 345/2024.

Ao mobilizar marcas discursivas como a negação (“não”), o verbo fortemente ideológico (“vender”) e o pronome possessivo (“minha”), o enunciado convoca o sujeito a uma identificação afetiva e política com a escola pública, ativando uma memória discursiva coletiva de lutas em defesa dos direitos sociais. Trata-se de um gesto de interpretação que ressignifica o objeto “escola” como espaço de pertencimento e resistência,

e não como mero serviço sujeito à lógica do mercado.

A formação discursiva ativada pela APP-Sindicato se inscreve no interior de um embate simbólico entre concepções opostas de educação: de um lado, a perspectiva empresarial, que vê a escola como unidade gerencial e os estudantes como clientes; de outro, a perspectiva cidadã e democrática, que reconhece a escola como espaço de formação crítica e de justiça social. A visibilidade dessa disputa se revela no teor dos discursos, nas cenas de enunciação, nos recursos visuais, na circulação dos enunciados e nas formas de interpelação ideológica que constituem sujeitos posicionados.

A potência do enunciado reside, portanto, em sua capacidade de condensar sentidos, afetos e posições políticas em uma formulação que circula amplamente e interpela diferentes sujeitos. Como demonstrado, a Análise do Discurso permite desvelar as tensões que atravessam esse enunciado, evidenciando como ele funciona como resposta a discursos hegemônicos e como afirmação de uma contra-hegemonia discursiva.

Como desdobramento desta pesquisa, propõe-se o aprofundamento da análise de outros enunciados que emergiram no contexto da campanha da APP-Sindicato, bem como um mapeamento mais amplo das materialidades discursivas que sustentam os discursos de resistência em contextos de ataque à educação pública. Além disso, estudos futuros poderiam investigar os efeitos de recepção desses enunciados, contribuindo para uma compreensão mais ampla do papel do discurso na mobilização social contemporânea.

Por fim, reiteramos que toda política pública é atravessada por disputas de linguagem, e que os sentidos produzidos na arena discursiva não são neutros nem estáveis: são efeitos de lutas. Ao dizer “Não venda a minha escola”, um

coletivo se posiciona, interpela e resiste — e é nessa resistência que o discurso se faz política.

Referências

APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BALL, Stephen J. Educação global S.A.: novas redes de políticas públicas. Tradução de Maria de Lourdes Trassi Teixeira. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Cássia Rios Costa. Campinas: Pontes, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo e seus discursos. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GORDON, Nora; WASSMER, Robert; ZHENG, Yilin. Privatization and the Education Sector: A Review of the Evidence. National Bureau of Economic Research, 2013.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. Cenografia e ethos: novas perspectivas em análise do discurso. In: BRANDÃO, H. F. M. (org.). Análise do discurso: caminhos e descaminhos da teoria francesa. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 63–93.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. O que é análise do discurso. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Trad. Maria da Glória Magalhães. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1995.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, [1982] 1990 .

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1997. p. 161–208.

PROJETO DE LEI Nº 345/2024. “Parceiro da Escola” – Governo do Estado do Paraná. Disponível em: https://storage.assembleia.pr.leg.br/ordem_dia/a2MglDFAFBbTQdkz06z3tWDSNhrxvVX2i.pdf. Acesso em: 09 de abr. de 2025.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ – APP-SINDICATO. Vídeo: 240 milhões de lucro para empresários. Publicado em: 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1YzEPOSK52k&t=18s>. Acesso em: 09 de abr. de 2025.

Submissão: setembro de 2025.

Aceite: setembro de 2025.